

OAB discutirá decretação de estado de defesa no ES

A entidade também vai estudar processo contra Brindeiro

ANDRÉIA LOPES E
LÚCIA GARCIA

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em reunião realizada ontem com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, cobrou a adoção de medidas efetivas no Espírito Santo para combater o crime organizado. A declaração mais enfática foi dada pelo ex-presidente nacional da OAB, Marcelo Lavenère Machado, que cobrou responsabilidades pelo arquivamento do pedido de intervenção federal, que foi formulado pela entidade.

Para Lavenère, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, deveria ser processado por crime de responsabilidade pela sua decisão de "engavetar o processo" dias depois de ter votado, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela aprovação do relatório que recomendou a intervenção.

O atual presidente do Conselho Federal da OAB, Rubens Approbato, disse que esse assunto ainda deve ser discutido junto aos próprios membros do conselho antes de qualquer decisão final.

Estado de defesa

Lavenère também sugeriu que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), decretasse "estado de defesa" no Espírito Santo. Na



ABR

Crime

Para Lavenère, Geraldo Brindeiro deveria ser processado por crime de responsabilidade pela sua decisão de engavetar o processo de intervenção

bens e serviços públicos.

Segundo o presidente nacional da OAB, Rubens Approbato, as propostas de ação contra Brindeiro e de estado de defesa serão discutidas em reunião de representantes da Ordem e de entidades ligadas aos Direitos Humanos.

Também estiveram presentes na reunião o secretário de Estado dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro; a vice-presidente da seção capixaba da OAB, Gladys Bitran; representantes de entidades de di-

reitos humanos e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Eles também discutiram as medidas anunciadas pelo Governo federal para combater o crime organizado no Espírito Santo.

Rubens Approbato cobrou ações eficazes da missão especial que atua no Estado.

O ministro da Justiça destacou que está mais preocupado com a ação do que com uma possível intervenção. "Hoje eu estou preocupado com medidas efetivas, que venham coibir

o crime organizado no Estado. O que não me parece adequado assumir é a bipolarização: ou a intervenção ou o crime. É possível, sim, coibir o crime, não necessariamente com a intervenção. Em 30 dias apresentaremos relatórios."

O ministro pediu a colaboração de todos no combate ao crime organizado. "É preciso que os homens de bem do país, Governo e sociedade ponham um basta à criminalidade, esse é um compromisso pessoal, é um compromisso do presidente da República", enfatizou.

Paulo Sérgio Pinheiro, por sua vez, disse que o papel do conselho foi cumprido na investigação do Espírito Santo. "O que está sendo feito é o mesmo que seria feito, se o procurador Geraldo Brindeiro não tivesse arquivado o

Disque-denúncia da missão especial recebeu 16 ligações

O disque-denúncia da missão especial recebeu 16 ligações até as 18h20 de ontem. O teor das denúncias, discriminando o tipo de crime, não foi divulgado pela Polícia Federal. O serviço começou a funcionar durante a tarde, através do número 3314-4490.

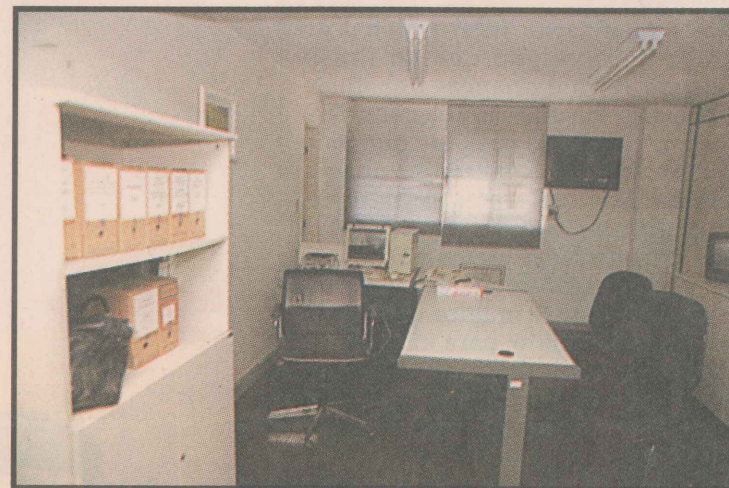
O serviço de denúncia funciona 24 horas por dia. São os próprios agentes federais da missão especial que estão atendendo às ligações. Dois deles se revezam no plantão. "Não podemos informar o teor das denúncias, apenas a quantidade. É uma forma de preservar as investigações da missão", disse um dos agentes federais.

O disque-denúncia, criado para ajudar nas investigações contra o crime organizado, es-

tava previsto para começar a funcionar às 8 horas de ontem, mas, devido a problemas técnicos na linha telefônica, o serviço passou a estar disponível a partir das 16 horas.

De acordo com a assessoria de imprensa, qualquer denúncia sobre crimes da esfera federal pode ser feita para o disque-denúncia. "Toda e qualquer denúncia será investigada, inclusive as ameaças de morte", disse o assessor de imprensa da Polícia.

Ele informou ainda que as ameaças de morte recebidas por dois conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB/ES), na quinta-feira da semana passada, também estão sendo apuradas pela PF.



Fábio Vicentini

Local

Uma das salas que serão utilizadas pelos agentes da Polícia Federal nas investigações

PF vai investigar Caso Denadai

